

## **MÍDIA E REPRODUÇÃO DA IDEOLOGIA DOMINANTE: A REPRESENTAÇÃO DOS ADOLESCENTES QUE COMETERAM ATOS INFRAACIONAIS**

*Andreia Teixeira*

Assistente Social, pós graduanda do Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento,  
Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá,  
[deiadedem@yahoo.com.br](mailto:deiadedem@yahoo.com.br);

*Karina Nogueira e Silva*

Assistente Social da Petrobrás,  
[karina\\_s@hotmail.com](mailto:karina_s@hotmail.com).

*Patrícia Rodrigues de Almeida Leal*

Mestre em Serviço Social,  
[patricia.leal@ensp.fiocruz.br](mailto:patricia.leal@ensp.fiocruz.br).

### **Resumo**

Este trabalho de pesquisa questiona a influência da grande mídia na formação do imaginário coletivo. O que nos chama a atenção é a forma como os meios de comunicação abordam a questão da violência juvenil de maneira desigual. É válido destacar como a questão de classe interfere na reprodução dos fatos, e conseqüentemente, na reprodução de ideias, pensamentos, culturas e valores, impostos por um grupo monopolizado, que tem acesso ao poder exercido pelos veículos de comunicação. Busca-se motivar a sociedade para a participação, a ação política crítica, e assim garantir direitos sociais e o exercício da cidadania.

**Palavras chaves:** mídia, violência juvenil, cidadania

### **Abstract**

This research questions the influence of mass media in shaping the collective imagination. What draws our attention is the way the media deal with the issue of youth violence unevenly. It is worth highlighting as the class question interferes with the

reproduction of facts, and therefore the reproduction of ideas, thoughts, cultures and values, taxes monopolized by a group that has access to the power wielded by the media. We seek to motivate society to participation, political action critique, and thus ensure social rights and citizenship.

**Keywords:** media, youth violence, citizenship

## **APRESENTAÇÃO**

Este trabalho de pesquisa questiona a influência da grande mídia na formação do imaginário coletivo, considerando o fato de esta ser representante da elite político-econômica do Brasil.

Um dos fatores que nos estimulou no aprofundamento deste tema refere-se à nossa experiência no campo de estágio curricular no Programa Liberdade Assistida (PLA), pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/MG. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA Lei 8069/90, prevê para os adolescentes que praticaram ato infracional, a aplicação de medidas socioeducativas pela autoridade judiciária, sendo uma delas a liberdade assistida.

O que nos chama a atenção é a forma como os meios de comunicação abordam a questão da violência de maneira desigual, no que se refere aos crimes cometidos por jovens pertencentes às classes altas e aos cometidos pelos membros das classes subalternas. É válido destacar como a questão de classe interfere na reprodução dos fatos, e conseqüentemente, na reprodução de ideias, pensamentos, culturas e valores, impostos por um grupo monopolizado, que tem acesso ao poder exercido pelos veículos de comunicação.

A mídia constantemente veicula notícias e informações sobre jovens em conflito com a lei. Portanto, é necessário, através de uma postura crítica, refletir a forma como tais notícias são veiculadas, pois contribuem para a reprodução de determinadas representações sociais sobre esses sujeitos, influenciando na maneira como a sociedade irá tratá-los.

Assim, este trabalho pretende romper com uma visão endógena e focalista, alargar os horizontes e considerar o movimento das classes sociais, do Estado, da sociedade civil, e da mídia em seu papel educativo, para uma melhor compreensão da

realidade. É preciso construir uma cultura pública democrática, em que a sociedade tenha um papel questionador e propositivo, por meio do qual se possa partilhar poder e dividir responsabilidades.

Ao se colocar criticamente frente às informações veiculadas pela mídia sobre os jovens que cometeram ato infracional e, ao mesmo tempo, estimular esta postura crítica também na sociedade, o profissional que pretende cumprir o papel educativo terá um maior respaldo para desenvolver as ações direcionadas a este segmento e para formular e propor políticas públicas.

## **Metodologia**

Para os fins a que este trabalho se propõe, foi realizada uma revisão bibliográfica para aprofundar a compreensão do tema, visando discutir questões que perpassam o imaginário social, a sociedade capitalista, a juventude, a questão social e os modos de reprodução da mídia.

A partir disso, fizemos uma análise qualitativa da informação sobre os jovens que cometeram algum tipo de ato infracional, buscando compreender como esse sujeito social é apresentado pela mídia à sociedade brasileira. O método utilizado para o aprofundamento das mensagens é a análise de discurso. Segundo Orlandi (1999), discurso é a prática social de produção de textos, sendo assim, todo discurso é uma construção social, e deve ser analisado segundo seu contexto sócio-histórico e suas condições de produção. Portanto, sempre reflete uma determinada visão de mundo. Aliado a esta autora, utilizaremos também as teorias de Antonio Gramsci sobre os conceitos de senso comum, bom senso e hegemonia.

## **Desenvolvimento**

Segundo Filho (1989), criar jornais é uma forma de potencializar o interesse que têm indivíduos e grupos em afirmar publicamente suas opiniões e informações. Uma maneira de dar visibilidade às posições pessoais, de classe ou de nações através de um complexo industrial-tecnológico que preserva uma suposta impessoalidade e afirma-se, pelo seu poder e soberania, como a “verdade<sup>1</sup>”.

---

<sup>1</sup> Sempre que fizermos referência à verdade estaremos considerando a dimensão da ótica do emissor da mensagem, ou seja, não estamos nos referindo a uma verdade absoluta, única, por entendermos a relatividade deste conceito.

Fazer jornalismo é uma opção ideológica: definir o que vai sair, como, com que destaque e em favorecimento de quem é um ato de seleção e exclusão. Essa característica torna o jornal um veículo de reprodução parcial da realidade.

Não é possível desvincular a notícia dos confrontos de interesses, mas isto não significa que tudo seja subjetivo ou que todas as expressões jornalísticas mantenham distância do real. As apropriações se distinguem e umas são mais próximas que as outras da “verdade dos fatos<sup>2</sup>”.

Os meios de comunicação de massa burgueses produzem a coletivização do temor que tem a burguesia das tendências e movimentos antiburgueses, transferindo-o para o receptor que, ao invés de questionar a determinação histórica destas tendências, transfere a solução de tais problemas para o sistema como um todo.

O noticiário da imprensa (particularmente a sensacionalista) sentimentaliza as questões sociais e cria penalização em vez de reação e descontentamento. Esse fato se dá particularmente por mecanismo reducionista, que particulariza fenômenos sociais (FILHO, 1989, p. 18).

Uma reportagem ilustrada sobre o assassinato de uma criança comove a opinião pública provocando um movimento de condenação ao ato brutal; mas um estudo que demonstre, com dados estatísticos, que no nordeste do Brasil, milhares de crianças morrem anualmente vítimas da subnutrição, seria incapaz de provocar maiores comoções. A comunicação burguesa, dominante, trata os fatos como ocorrências alheias e/ou diferentes do real cotidiano das pessoas. As notícias são transformadas em espetáculos pela indústria da informação.

A dialética da preocupação e do alívio faz com que o jornalismo colabore efetivamente (junto com o processo de trabalho e com as instituições normativas da sociedade) para a reformulação e confirmação de opiniões e de atitudes políticas e sociais. Porém este não é o objetivo central do jornal aparecendo como objetivo secundário da produção jornalística. O objetivo maior do empresário de comunicações é a maximização do lucro, ou seja, ele funciona como meio de assegurar o sistema existente – editores, anunciantes e capitalistas como classe. Ocorre, entretanto, que os jornais acabam por influenciar a formação de opinião. Eles não só as reforçam como também, em alguns casos específicos, exercem uma ação verdadeiramente condutora, como por exemplo, em áreas que os receptores têm pouco conhecimento prévio.

---

<sup>2</sup> idem.

[...] pode-se imputar aos produtos da indústria informativa da consciência efeitos específicos ao que se refere à produção de comportamentos e posicionamentos políticos. Embora observe-se uma capacidade muito pequena para que esses meios de comunicação realmente alterem opiniões consonantes com o *status quo*, não se pode negar que eles tenham um papel importante na formação de opiniões adaptadas às argumentações particularistas e classistas que são emitidas por seus veículos. A ideologia constrói-se todos os dias, e nessa permanente reconstrução o papel do jornal é um dos seus melhores artífices (FILHO, 1989, p. 22).

Libertar-se da forma capitalista de fazer jornal não significa fazer jornalismo imparcial, pois este não existe; significa isto sim, valorizar diferentemente e segundo outros critérios a divulgação de notícias.

Filho (1989) caracteriza basicamente três formas de falseamento ou encobrimento das notícias, são elas: a visão fragmentada e personalizada dos processos sociais, o uso da técnica e da linguística e, a sonegação das informações “indesejáveis”. Outras formas apontadas por Filho (1989) para encobrimento e falseamento noticiosos são: as “falsidades” de registros históricos; as “distorções” ocorridas através do realce somente de aspectos positivos e negativos dos fatos; a “seleção de fontes”, como por exemplo, uma enquete no jornal; e a “polarização de conceitos”, como por exemplo, liberdade ou totalitarismo, democracia ou ditadura, que força o receptor a optar entre dois extremos, radicalizando as posições políticas.

O jornalista extrai da realidade o que lhe interessa (ou aos seus leitores) e isso se transforma em notícia; da realidade é extraída apenas uma “parte útil,” utilidade esta avaliada segundo critérios puramente particularistas, perdendo a dimensão de totalidade que explique os fatos. O editor decide o enfoque da matéria, o tamanho, o título e a colocação na página. Ou seja, nas mãos do editor está a definição política de como um fato deverá repercutir na sociedade ou simplesmente não ser divulgado, como se realmente não tivesse existido.

O editor aumenta, reduz, suprime fatos; ele é o tradutor e ‘transformador’ da realidade social em termos que interessam à sua empresa e às convicções políticas e ideológicas que defende. Nas suas mãos está depositada a tarefa de trabalhar a opinião pública e procurar moldá-la segundo essas intenções. Há fatos que, por essa via, são totalmente suprimidos do noticiário ou reduzidos em sua importância (FILHO, 1989, p. 50).

Segundo Buselmeier (1988), a crítica das mensagens transmitidas pelos meios de comunicação de massa deveria ser utilizada para introduzir uma discussão das questões de formação de consciência no contexto social global, principalmente no trabalho

político. A consciência falsa que estes meios transportam e estabilizam, dentro do sistema capitalista, não será abolida através de uma melhoria isolada, mas sim, progressivamente, pelo aprendizado e pela ação político-solidária em todas as áreas sociais. Assim, o autor afirma que uma teoria revolucionária deve preparar uma prática político-social, pois uma reforma parcial dos meios de comunicação de massa não é suficiente, a não ser com a emancipação social das massas.

Os meios de comunicação de massa preenchem uma função fundamental de controle, pois anestesiam a crescente insatisfação dos trabalhadores com o sistema social, através do entretenimento que apresentam. Nesse aspecto, Buselmeier (1988) coloca a necessidade de trabalhar cientificamente a história, a estrutura e o funcionamento dos meios de comunicação em geral que estão em conformidade com a dominação, como no trabalho, lazer e entretenimento.

Segundo Bourdieu (1997), são necessárias pesquisas científicas que visem uma análise do “monopólio dos instrumentos de difusão<sup>3</sup>” dessa informação que o jornalismo detém, e a crítica da representação das expectativas da maioria, construída pela demagogia comercial dos que têm meios de se interpor entre os produtores culturais, inclusive os políticos, e a grande massa dos consumidores.

Uma das propriedades mais típicas da visão jornalística é a tendência de privilegiar o aspecto mais visível do mundo social – os indivíduos, seus feitos e, sobretudo os malfeitos -, numa perspectiva de denúncia e acusação, em detrimento de estruturas e mecanismos invisíveis para o jornalismo. Orientam atitudes e pensamentos, despertam interesses pelas supostas “conclusões<sup>4</sup>”, e não pela progressão do processo a que se chega a elas.

No entanto, a política acaba aparecendo como um assunto ingrato e desinteressante aos olhos dos telespectadores, devido ao temor dos meios de comunicação de entediar e pela constante preocupação de divertir a qualquer preço. O espetáculo político se torna pouco excitante, difícil de tratar, contradizendo o discurso de democratizar a informação ou mesmo educar divertindo. Projetam suas próprias visões, e dão prioridade ao “combate sobre o debate<sup>5</sup>”, à “polêmica sobre a dialética<sup>6</sup>”.

À medida que o capitalismo se expande nas mãos de pequenos empresários, se dá o aumento do capital simbólico por uma política permanentemente em evidência na

---

<sup>3</sup> Grifo nosso.

<sup>4</sup> Grifo do autor.

<sup>5</sup> Grifo nosso.

<sup>6</sup> Grifo nosso.

mídia, a fim de manter sua cotação no mercado. Desta forma, contribuem para a despolitização alienada, o desencanto pela política, inclinando-se cada vez mais para o divertimento.

Nessa ótica que não considera as relações históricas, a mídia produz uma representação do mundo fruto de uma filosofia da história fatalista – evidentemente favorável à manutenção da ordem estabelecida - de uma sucessão de desastres sobre os quais não se compreende nada e sobre os quais não se pode nada. É como se no mundo atual, com crimes e violência exacerbada, precisássemos nos retirar e nos proteger desse contexto de ameaças incompreensível e inquietante. Dessa maneira, o jornalismo não mobiliza nem politiza, apenas contribui para intensificar receios discriminatórios.

Edgar Morin, um dos pioneiros na análise dos fenômenos culturais em expansão nos meios de comunicação de massa no mundo contemporâneo, destaca a função colonizadora desses veículos, alertando para o perigo da disseminação de mercadorias culturais. Após o início do século XX, marcado pelo apogeu da industrialização, as estratégias de dominação se transformam para garantir a dependência econômica de determinados países. Com o objetivo de tornar menos odiosa a dominação política, os meios de comunicação, em especial a imprensa, são introduzidos para multiplicar a cultura e ideologia do colonizador. Além disso, a garantia de mercados para antigas nações colonizadoras tinha em vista também conter o germe do socialismo, que estava começando a bombardear sistematicamente todo o globo.

Na América Latina, influenciada pelos Estados Unidos principalmente após a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento da indústria cultural se dedicou à adaptação de funções reservadas na nova divisão internacional do trabalho, pela dominação econômico-cultural, desestimulando focos de revoluções nacionalistas.

Em meio à expansão das telecomunicações, a televisão brasileira cresceu assustadoramente após o período de ditadura militar de 1964 – por conta de limites políticos, econômicos e da própria censura – situação esta de dependência cultural e industrial que não é muito diferente em outros países latino-americanos.

Há vários tipos de dependência no interior dos meios de comunicação de massa, a externa, experimentada junto aos centros econômicos mais avançados do capitalismo, e a interna, devido à subordinação das regiões economicamente estagnadas aos pólos industriais.

Para uma avaliação dos interesses políticos e econômicos que estão detrás das mensagens, programas e campanhas do sistema de comunicação, é fundamental

identificar as relações de poder. Não basta ter conhecimento de quem o controla, mas desvendar a teia de compromissos de seus proprietários, para compreender o seu comportamento. Na sociedade capitalista, as vantagens particulares dos donos dos veículos de comunicação, assim como as conveniências sociais a que se vinculam por raízes de classe, estão bem acima de qualquer interesse, expectativa ou aspiração da coletividade, o que desmistifica o interesse público.

Mas não é fácil desvendar estas relações, por conta dos segredos que as impedem de se tornarem domínio público, da camuflagem da concentração de empresas de comunicação por pessoas ou grupos, por sua organização jurídica, por nem sempre serem vínculos explícitos, ou em nome do sigilo profissional de pessoas que têm acesso a informações fidedignas. Porém, muitas vezes as relações se tornam públicas e notórias devido ao envolvimento de proprietários ou dirigentes dos veículos com o sistema governamental.

Como em países de capitalismo mais desenvolvido, o Brasil tem seu sistema de comunicação em propriedade do Estado, mas este concede sua exploração a particulares ou instituições públicas. São as chamadas concessões, ingrediente autoritário que permite o controle por parte do grupo que detém o poder de Estado. Isto é, o privilégio de determinados setores empresariais ou estatais de confiança do Governo Federal, mesmo com a aparência da concorrência pública, que de certa forma lhe confere falsamente um caráter legal e democrático.

Ao analisar a história e o surgimento dos veículos, poderemos identificar estes traços, como nas concessões de aproximadamente 2/3 dos canais de TV, após a ditadura de 1964. Seguindo os critérios da Doutrina da Segurança Nacional que vigorava na época, o processo seletivo excluía desde então grupos e entidades que pudessem fazer algum tipo de oposição ao governo militar. Não foi identificado nenhum dono de canal de televisão brasileiro vinculado a partidos políticos de esquerda, enquanto se verificou que um grande número de proprietários e dirigentes eram vinculados direta ou indiretamente ao poder.

No plano político, as relações de poder que o sistema de televisão enseja são mais ou menos óbvias. Em se tratando de um veículo que legalmente é de propriedade do Estado, mas concedido para exploração comercial à empresa privada, surge naturalmente uma relação de dependência entre os que recebem a concessão e os detentores do poder político, uma vez que se trata de concessões periódicas, passíveis de cancelamento. Outro fator decisivo é



a censura prévia, a que se acham submetidos os veículos de comunicação eletrônica, impondo uma submissão total, uma vez que os interesses empresariais recomendam evitar possíveis confrontações com os agentes estatais que possam redundar em prejuízos econômicos para a emissora. (MELO, 1985, p. 102)

Analisando o surgimento da imprensa, uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação (ABEPEC) em 1978 aponta que neste sistema autoritário atuava uma parcela razoável de proprietários e dirigentes formalmente vinculados ao partido governista do período analisado, a ARENA, enquanto nenhum destes atuava politicamente no partido de oposição, o MDB. Constatações da pesquisa da ABEPEC revelam este quadro político nos estados:

- AMAZONAS: um dos dirigentes da TV Amazonas era integrante da SUFRAMA, um órgão governamental; e outro da TV Acre era filiado à ARENA;
- MARANHÃO: um dos dirigentes da TV Difusora era deputado federal, pela ARENA;
- PIAUÍ: um dos dirigentes da TV Rádio Clube era membro da Justiça do Trabalho e outro ocupa cargo de chefia no INCRA;
- PERNAMBUCO: o diretor-presidente da empresa Jornal do Comércio, de propriedade da família Pessoa de Queiroz foi senador pela ARENA e transferiu ações para outro grupo empresarial liderado pelo ex-prefeito (nomeado) de Recife, também da ARENA local;
- ALAGOAS: os dirigentes da TV Gazeta eram ex-governador, ex-senador e um senador em exercício, na época da pesquisa, todos partidários da ARENA;
- SERGIPE: um dos proprietários da TV Atalaia era senador da ARENA e presidente do Banco do Estado;
- ESPÍRITO SANTO: o principal dirigente da Rede TV Tupi de Televisão era senador pela ARENA, e outro dirigente ocupava cargo de direção numa Secretaria de Estado;
- SANTA CATARINA: um dos dirigentes da TV Coligadas é membro dos Diretórios Local e Regional da ARENA;
- PARANÁ: um dos dirigentes da TV Esplanada era membro da ARENA, e, Paulo Pimentel, proprietário do conglomerado que detinha o controle das TV's Iguazu e Tibagi, era deputado federal e ex-governador pela ARENA, além de ser dirigente do diretório nacional do partido do governo;

- SÃO PAULO: a TV Gazeta era de propriedade da Fundação Cásper Líbero, que contava com conselheiro ex-governador, outro prefeito nomeado da cidade de Santos e o presidente do BANESPA, todos vinculados à ARENA e ao esquema do governo Paulo Maluf.

De acordo com Abramo (1997), a atenção dirigida aos jovens no Brasil cresceu consideravelmente nos últimos anos, por parte dos diversos atores sociais. Em relação às políticas públicas, no Brasil nunca houve uma tradição de políticas voltadas especificamente para o jovem como alvo diferenciado das crianças, que não fosse a educação formal. É recente e lentamente que se inicia esta preocupação em nosso país, com a formulação de políticas específicas para a juventude, programas de capacitação profissional e serviços especiais de saúde, cultura e lazer.

O que por fim se busca, apesar das boas intenções a que se propõem, é uma contenção do risco real ou potencial que estes jovens representam, pelo seu afastamento das ruas e ocupação de seu tempo, tomando eles próprios como problemas sobre os quais é necessário intervir para manter a ordem social.

Já no plano da participação política, existe uma preocupação de atores políticos (partidos, sindicatos e movimentos sociais) com a pouca presença da juventude nos espaços e canais de participação, a distância que os jovens têm demonstrado em relação às suas bandeiras de luta, suas proposições e formas de atuação. Essa preocupação se reflete mais na necessidade de renovação dos quadros no interior destas organizações, do que em tratar e incorporar temas levantados pelos próprios jovens. Esse desinteresse da juventude pela política e por questões que envolvem os aspectos sociais, econômicos, dentre outros, pode ser resultado da acentuação do individualismo e do pragmatismo, que se firmam como tendências sociais crescentes, tornando essa parcela da população praticamente apolítica.

Abramo (1997) aponta que está presente em grande parte da tematização sobre os jovens a dificuldade de compreendê-los enquanto sujeitos, de ir além da sua consideração como problema social e entendê-los como capazes de participar do processo de construção de políticas públicas para a juventude, contribuindo para a solução dos problemas sociais, e não simplesmente sofrê-los ou ignorá-los. A tematização da juventude pela ótica do problema social é histórica: o jovem só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social, seja porque o indivíduo jovem se desvia de seu caminho em direção a integração

social, ou porque um grupo ou movimento juvenil propõe ou produz transformações na ordem.

Nos anos 1990, por exemplo, é muito marcante a presença dos jovens que ameaçam a integridade social, vítimas do processo de exclusão e do aprofundamento do individualismo. Tornam-se assim, objeto de medo, mas também de compaixão e de esforços para denunciar a lógica que os vitimizam e de ações para salvá-los; mas dificilmente são vistos como sujeitos capazes de qualquer tipo de ação propositiva, como interlocutores que podem contribuir para decifrar o significado das tendências sociais e de possíveis soluções para elas (ABRAMO, 1997).

Mello (1997) destaca três questões em relação à violência juvenil: a vida urbana como um dos elementos de exclusão e de indiferença pelos atos violentos; a violência cometida contra jovens e adolescentes e a impunidade desta; e a mídia, envolvida na geração e manutenção de estereótipos e preconceitos que estigmatizam as populações mais pobres. No que se refere aos adolescentes que cometeram ato infracional, há maior demanda por punições mais severas do que pela aplicação das leis.

Segundo Cassab et al (2006), as políticas sociais e públicas direcionadas para os jovens, têm dado maior ênfase ao controle destes jovens do que à oportunidade, buscam responder às imagens socialmente produzidas sobre essa população do que às suas necessidades sociais. Tais políticas ganharam projeção no cenário brasileiro a partir da década de 1990, o que pode ter se dado pelo aumento proporcional de pessoas entre 15 e 24 anos; o agravamento da chamada crise urbana, com a explosão das periferias das grandes metrópoles e um aumento significativo da violência urbana; enfraquecimento do Estado e corrupção acentuada; pauperização aliada à minimalização dos serviços públicos; enfraquecimento das lutas políticas na sociedade brasileira; e transformações no mundo do trabalho, com maior taxa de desemprego e queda do número de empregos formais, e da seguridade a ele relacionada.

A violência urbana exprime a falta de perspectivas diante do processo econômico e social de cunho neoliberal e das transformações na esfera da produção, demarcado pela incerteza e instabilidade, onde a juventude tenta a inserção no mercado de trabalho retraído. Quando essa tentativa não alcança um resultado positivo, fortalece a imagem do jovem ocioso e perigoso, associando a conduta criminosa ao tempo livre, e à ideia de que a juventude já é, naturalmente, uma fase agressiva (CASSAB, 2006).

O agravamento dos problemas sociais e o aumento dos índices de delinquência vão, pouco a pouco, potencializando rancores que se expressam no preconceito, na

intolerância e no medo. Estas críticas tornam-se mais contundentes quando direcionadas aos adolescentes envolvidos com atos infracionais.

Cassab et all (2006, p. 3) chega a afirmar que os jovens são “a face mais agudamente visível da questão social em seu perverso traço de desigualdade, de homogeneização da pobreza e de elitização do Estado”. Eles são os protagonistas da violência urbana, quer no papel de autores, quer no de vítimas. E isso já se reflete na taxa de mortalidade do país, onde somente a faixa etária acima de 75 anos, tem taxa mais elevada do que jovens entre 15 e 24 anos. A autora faz ainda uma crítica às ações políticas destinadas a esse público, pois não visam propiciar oportunidades para a superação dos déficits culturais que acumulam em razão de suas dificuldades de acesso aos bens de cultura. Educação e capacitação para o trabalho são lógicas que presidem os programas sociais, no entanto, estão voltadas à uma formação para a subalternidade, sem romper com os lugares sociais que estão indicados para eles.

A discriminação de classe, aliada à condição etária produz um imenso preconceito e destrato no espaço público. Jovens pobres nas ruas são suspeitos até que se prove o contrário, por conta do pânico social que se instaurou relacionado ao aumento da criminalidade juvenil. Jovens do sexo masculino, principalmente negros, são os alvos preferidos das abordagens policiais (ABRAMO, 1997).

De acordo com Teixeira (2004), muitos adolescentes procuram viver situações-limite, de perigo, “pura adrenalina”. Nesta faixa etária, ele percebe a importância da afirmação de uma identidade, ao mesmo tempo em que vivencia um dilema: seus padrões morais internalizados pela socialização e a influência dos amigos e do mercado.

A autora defende que se analisem as circunstâncias históricas do mundo, do país, da cidade e do bairro, uma conjuntura em permanente transformação para o adolescente. “Compreender o passado auxilia a se organizar no presente e planejar o futuro” (p. 62).

Adolescentes nascidos em cenários sociais diferentes terão, a priori – por sua origem de classe-, horizontes de futuro determinados e pouca ou nenhuma autonomia para construírem seus próprios destinos. O adolescente não se conforma com isso, particularmente com a impossibilidade de ter o que está sendo estimulado a consumir e está diante dos seus olhos (TEIXEIRA, 2004, p. 20 e 21).

Na sociedade contemporânea há a associação adolescência/problemas, embora essa etapa da vida seja experimentada de diversas formas, nas diferentes culturas e

classes sociais, o que é fortalecido pelas características próprias dessa faixa etária, como a contestação da autoridade. “Um indicador da violência é o número de homicídios, cuja principal vítima é o jovem de quinze a dezenove anos” (TEIXEIRA, 2004, p. 17).

A violência é uma produção humana, fruto do mal estar nas relações entre as pessoas, mesmo que suas múltiplas expressões sejam surpreendentes e cruéis. É um fenômeno complexo e multideterminado que ganha grande relevância na produção de mentalidades, de padrões de sociabilidade e efeitos em todas as esferas da vida pública e privada. Analisar o jovem como vítima e agente da violência implica considerar todos estes aspectos, pois a violência é invisível, a não ser para os que nascem, crescem e vivem nela.

Em pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP, 1999, com o tema “O adolescente na criminalidade urbana em São Paulo”, constatou que o adolescente autor de ato infracional não se distingue substancialmente de outro adolescente pertencente à mesma classe social. O índice de adolescentes de escolaridade média e estratos médios na criminalidade é crescente, devido ao aumento de envolvimento com consumo e tráfico de drogas.

Para adolescentes pobres, o trabalho é uma estratégia de sobrevivência alternativa à prática do ato infracional. Um dos maiores desafios é a baixa escolarização, aliada à ausência de profissionalização, o que implica em postos de trabalho com baixa remuneração, sem garantias trabalhistas ou em condições subumanas. E o trabalho é o fator que pode levar o jovem a uma ruptura com padrões de consumo, como roupas e lazer, que a prática do ato infracional propiciava.

Para Teixeira (2004, p. 84), a “mudança de mentalidade é um processo educacional”. É fundamental que haja vontade política e competência técnica para desencadear e fomentar esse processo – os aspectos político e técnico são indissociáveis.

A prática do ato infracional é um fenômeno histórico, uma produção social que envolve conhecermos a infância no Brasil; é universal, pois está presente em países ricos e pobres; e é transversal, presente em todos os estratos sociais. “O ato infracional é, ao mesmo tempo, produção de um tempo e uma história social, e um ato individual pelo qual o autor, no caso o adolescente, precisa ser responsabilizado para garantir sua participação produtiva na coletividade” (Teixeira, 2004, p. 88).

O medo social tornou-se um fenômeno situado na temática da violência que suscita temores e um clima de insegurança na sociedade, e alguns setores dela têm a

mentalidade que exige do poder público medidas repressivas relacionadas à segurança pública. Por outro lado, a realidade aponta para uma parcela da juventude cujo ato infracional se revela como um sintoma de histórias de violência, prejuízos no desenvolvimento pessoal e social e, portanto, necessita de retaguarda, atendimentos especializados e perspectiva de futuro.

A mídia frequentemente veicula notícias sobre a situação da infância e adolescência, esse enfoque pode ser em decorrência dos recentes avanços dos direitos desse grupo específico, aliado ao esforço de vários atores sociais para a conscientização da sociedade a respeito desses direitos (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990), inclusive o tema do adolescente em conflito com a lei ganhou também destaque tanto na mídia impressa quanto na televisionada.

Para Cortes, “Em relação à violência e à mídia, estima-se que um jovem brasileiro até chegar à idade de dezoito anos terá sido exposto a nada mais nada menos que 200 mil atos de violência exibidos pela televisão” (Cortes apud GROSSI & SANTOS, 2005, p. 117). Esse é um fato relevante se considerarmos a forma como as crianças aprendem – por imitação. Assim, dependendo das características de personalidade da criança e de suas experiências diárias, a mídia pode satisfazer diferentes necessidades e constituir-se em uma forma de violência simbólica, que permeia o imaginário social, com signos e símbolos associados a personagens, marcas e produtos, que passam a ser adquiridos ou utilizados como meio para obtenção de um status ou identidade e senso de pertencimento ao grupo. Dessa forma, a mídia, além de expor crianças e jovens diariamente a diversas cenas de violência, traz a sedução pelo consumo de produtos muitas vezes desconhecidos, excedentes e que, não raro, não estão de acordo com a cultura da região onde vivem.

Por outro lado, nos noticiários, o foco é completamente diferente. Os temas abordados são, na maior parte das matérias, aqueles referentes aos problemas sociais, como violência, crime, exploração sexual, drogas, ou as medidas para combater estes problemas (ABRAMO, 1997).

Nos últimos anos, houve um grande aumento de jovens envolvidos em atos infracionais. No Brasil, a maioria dessas infrações são roubos e furtos, dados que coincidem com a realidade do Programa Liberdade Assistida executado no município de

Juiz de Fora<sup>7</sup>. A imprensa tende a qualificar estes jovens infratores como “pequenos predadores”, “pivetes” e “futuros bandidos”. (MINAYO & NJAINE, 2002, p. 287).

Muitos jornalistas e alguns segmentos da sociedade fazem uma severa crítica ao artigo 104 do ECA, que prevê que menores de dezoito anos de idade são penalmente inimputáveis. Quando cometem atos infracionais, deverão ser encaminhados pelo poder judiciário a medidas sócio-educativas, tais como: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semi-liberdade e internação em estabelecimento educacional (art. 102). Em relação a isso, existem duas tendências mais expressivas de posicionamento da mídia. Uma afirma que o Estatuto é incapaz de resolver o problema da criminalidade, e a outra busca evidenciar a complexa realidade da infância e da juventude no Brasil, sobretudo as crianças e adolescentes de famílias de baixa renda. A primeira é muito mais forte e visível, pois os grandes meios de comunicação tendem a repercutir as ideias dominantes da sociedade, inclusive a defesa da redução da maioria penal, o que reflete o quanto está enraizada na sociedade a ideia de que mais repressão diminui a violência (MINAYO & NJAINE, 2002).

Milhares de jovens são assassinados todos os anos, porém, este fato já não causa impacto sobre a opinião pública, já que acontecem predominantemente na periferia ou em bairros populares. Porém, a imprensa não revela quem são essas vítimas. (MELLO, 1997). No entanto, quando são jovens de classe alta os envolvidos em atos violentos, a mídia pede a punição dos “culpados<sup>8</sup>”.

A mídia representa um papel antagônico em relação à educação, pois podem atuar tanto como facilitadores da prática alienadora, quanto como potencial educacional voltado para as demandas da população. É necessária a implementação de uma educação que instigue a crítica aos elementos presentes na mídia atual, estimulando a discussão nas escolas e nas comunidades, abordando questões como a ética na mídia, a ideologia veiculada nas imagens televisivas, relacionando-as com as questões sócio-históricas atuais. Se existir essa postura crítica aos conteúdos veiculados na mídia, pode-se estabelecer práticas de resistência e exercício de cidadania.

## **Resultados Alcançados**

---

<sup>7</sup> Banco de dados do PLA/Juiz de Fora, 2006.

<sup>8</sup> Grifo nosso.

Em relação ao papel dos meios de comunicação de massa, que atuam em favor da manutenção do sistema capitalista dominante, podemos afirmar que seus impactos vêm gerando preocupações e reflexões acerca de seu controle, do modo como regular sua operação e intervir na emissão das mensagens que difundem coletivamente. Para se tornar um controle democrático, é necessária a mobilização permanente de todos os cidadãos para a gestão da sociedade, e comprometimento, como instrumentos para o exercício consciente e responsável da ação política, garantidores da informação plural e da opinião livre.

Espera-se pela (re)ação da sociedade civil, que cansada de ver seus protestos não atendidos ou mal interpretados, consiga fazer valer seus direitos e pressione o poder público. É importante constatar que um número cada vez maior de cidadãos está dispondo-se a participar desta intervenção, como por exemplo, o Movimento Nacional pela Democratização da Mídia (MNDM).

Neste amplo contexto a sociedade poderia superar alguns de seus preconceitos mais arraigados. É preciso trazer para o debate o fato de que a violência e a criminalidade não são causas, mas consequências do grande abismo social que enfrentamos nesta sociedade, uma sociedade de mercado que individualiza a questão social e mercantiliza os direitos sociais.

Para isso, é preciso que a classe trabalhadora compreenda as contradições do capitalismo, que os trabalhadores se assumam enquanto sujeitos da história, com formação da consciência de classe e agilize o processo de conscientização para a luta por transformações estruturais da sociedade. Mas essa reflexão crítica é dificultada pela própria presença da grande mídia no cotidiano do trabalhador, ao apelar incessantemente para o consumo, individualismo e ao reproduzir estereótipos do senso comum. Nesse sentido, vale lembrar Buselmeier (1988), “A esperança por um final feliz só pode ser realizada na luta social” (p. 53).

Segundo Melo (1985), o domínio do saber é indispensável ao exercício da cidadania. E por esse motivo, a educação formal é dificultada aos membros da classe trabalhadora. Assim, é obrigada a participar do que lhe é acessível através da educação informal, ou seja, o conteúdo da programação dos meios de comunicação de massa. O seu papel de educador coletivo permite o acesso limitado ao conhecimento contemporâneo, mas, por outro lado, orienta a apreensão dos significados da ideologia dominante, a adesão incondicional aos valores hegemônicos.



Este trabalho buscou, na medida do possível, contribuir para a compreensão do papel da grande mídia na formação sócio-cultural do nosso país, despertar o interesse de pesquisadores sociais sobre este tema, que consideramos fundamental para a que sejam alteradas as condições de exclusão e desigualdade social existentes, e como pretensão maior, “motivar o indivíduo para a participação, para a ação política, para a interferência no processo gerador da comunicação que está sendo lida” (MELO, 1985, p. 12), e assim garantir direitos sociais a todos os segmentos da sociedade e o exercício da cidadania.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas Juvenis**: Punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**: a influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos. Tradução, Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069, Brasília: 13 de julho de 1990.
- BUSELMEIER, Michael. Entretenimento de massas na esfera do trabalho e do lazer. In: FILHO, Ciro Marcondes. **A linguagem da sedução**. 2ª Ed.. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- CASSAB, Maria Aparecida Tardin, etall. Juventude e políticas públicas no Brasil nos anos 1990. Notas de uma pesquisa sobre jovens em Juiz de Fora – MG. In: **Libertas**. Juiz de Fora: UFJF, p. 118-27, 2006.
- FILHO, Ciro Marcondes. **A linguagem da sedução**. 2ª Ed.. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- GROSSI, Patrícia Krieger; SANTOS, Andréa Mendes dos. “Mídia e Consumismo na Infância: Crivagens da Violência Invisibilizada”. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.83, p. 116-27, set. 2005.
- MELLO, Silvia Léser de. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: AZEVEDO, M. & GUERRA, V. N. A. **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1997.
- MELO, José Marques de. **Para uma leitura crítica da comunicação**. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; NJAINE Kathie. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 285-298, 2002.
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.
- TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **As histórias de Ana e Ivan**: boas experiências em Liberdade Assistida. Fundação Abrinq. São Paulo, 2004.